

ABRIL - JUNHO 1996



Roteiros

25. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



JUNHO DE 1996 CHEIO DE LEMBRANÇAS...

Este mês de Junho é rico em festas e comemorações que encheram de multidões praças, avenidas, ruas, salões e igrejas por esse Portugal fora.

1. 12 SANTO ANTÓNIO

Uma das festas mais celebradas e mais vivida pelo nosso povo, é a festa de St.^o António, comemorando-se este ano os 800 anos do seu nascimento nesta cidade de Lisboa, frente à austera catedral românica, que se destaca na encosta do Castelo, ocupando espaços da velha «Felicitas Júlia», da antiga igreja visigótica e da mesquita muçulmana. A Casa onde o Santo nasceu situava-se



frente ao vetusto e significativo monumento românico, onde St.^o António foi baptizado, e frequentou as primeiras letras na escola catedralícia, onde certamente cursou o Trivium e Quatrivium dessa remota época de princípios do século XIII.

Por volta dos 20 anos, entrou no Mosteiro de S. Vicente de Fora dos Cónegos Regrantes de St.^o Agostinho, passando depois para o Mosteiro de St.^o Cruz de Coimbra, onde frequentou a Teologia e outras disciplinas sagradas.

St.^o Cruz de Coimbra era sem dúvida nessa época, o centro de estudos de melhor qualidade que tínhamos em

Portugal, devido a uma série de Monges que tinham frequentado em Paris a sua célebre Universidade.

Ordenado sacerdote, pede a sua admissão na Ordem Franciscana, passando a missionar os muçulmanos em Marrocos.

St.^o António foi assim, o primeiro dos milhares dos nossos Missionários que partiram para África, Oriente e Brasil.

Faltando-lhe a saúde em Marrocos e dirigindo-se de novo a Portugal, o barco foi levado à Sicília e de ali, o Santo partiu para Assis.

Em breve a sua fama de pregador se espalhará pelo Véneto, pelas cidades do Adriático e pelo Sul da França, pregando em Montpellier e em Tolouse. Ao dom da palavra juntou o dom da bondade, de simplicidade, da pobreza e dos «Milagres».

A sua fama de santidade espalhou-se pelo centro e norte de Itália e pelo Sul de França.

Viria a morrer em odor de Santidade em 1231 perto da Pádua.

Em 1233 Gregório IX canonizou-o.

Os paduanos construíram-lhe a grande basílica, que é lugar de Peregrinação de todo o mundo.



Santo António é sem dúvida o maior e melhor expoente do povo português.

Torna-se necessário e quanto antes, colmatar uma falta grave, cometida pela nação portuguesa durante séculos: a construção em Lisboa dum grande templo, digno da grandeza universal do Santo.

Nenhum português pode deixar de dar a sua contribuição para a construção desse grande monumento, que seja digno do Santo, da Nação e da geração que o vier a construir.

2. A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA

Em 9 de Junho realizou-se uma grande peregrinação ao Santuário da Padroeira da Nação — N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa, declarada Padroeira de Portugal nas Cortes celebradas em Lisboa em 1645 e con-



firmada pelo Decreto de 25 de Março de 1646, cunhando-se uma artística moeda em Ouro e Prata com a efigie de N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que o povo chamou «moedas da Conceição».

A Devoção à Padroeira da Nação é uma constnte da nossa História e do nosso povo.

Em carta régia de 11 de Fevereiro de 1646 comunicava-se às Câmaras Municipais que proclamassem como Padroeira deste Reino, a Virgem N.ª Senhora da Conceição.

Em 11 de Novembro de 1654 enviava-se nova carta régia para que em todas as portas e entradas das cidades e fortalezas, se gravasse em pedra bem trabalhada, uma inscrição em latim em honra de N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa de que se enviava o texto.

De facto, ainda hoje se vêem muitas dessas placas que resistiram o tempo e a certo descuido na sua conservação.

O Papa Clemente X em 1671 confirmou a eleição de N.ª Senhora da Conceição como Padroeira dos Reinos de Portugal. O Papa Pio XI em 25/3/1936 confirmou o Decreto de Clemente X.

D. João VI criou em 6/2/1819 a Ordem Militar de N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Pio IX em 8 de Dezembro de 1854 definiu o Dogma da isenção do pecado original de N.ª Senhora, quando da sua conceição, definição, que foi acolhida com grande regozijo popular em toda a nação.

Nos princípios do actual século a nossa gente do Norte, erigiu o templo a Nossa Senhora da Conceição no Sameiro, onde acodem numerosas peregrinações de todo o território nacional.

Não falamos da Peregrinação de 13 de Junho ao Santuário de Fátima onde centenas de milhares de peregrinos rezaram pela paz em todo o mundo.

Tinha pois razão de ser, a Peregrinação a Vila Viçosa de 9 de Junho, comemorativa dos 350 anos em que N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi proclamada Padroeira dos Reinos de Portugal.

Pe. Joaquim António de Aguiar



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16588 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279

DIAS GRANDES DE JUNHO

10 DE JUNHO — DIA DE CAMÕES — DIA DE PORTUGAL

11 DE JUNHO — DIA DA UNIÃO DAS COMUNIDADES
DE CULTURA PORTUGUESA

CELEBRAÇÕES EM CABO VERDE

É com muito prazer que publicamos neste número de «Roteiros» os dois discursos pronunciados na Câmara Municipal de S. Vicente da cidade do Mindelo nos dias 10 e 11 de Junho em que foram evocados Camões e todos aqueles que se gloriam de pertencer a uma grande Comunidade Cultural, constituída por 7 países que se exprimem na mesma língua e que têm como máxima expressão literária-cultural «Os Lusíadas» que constituem a sua «Bíblia», que a todos une num amor comum e nacional.

A estes 200 milhões que vivem nesses 7 países em 3 continentes, unem-se ainda mais 4 milhões que constituem a grande diápora, que se espalha pelos 5 continentes.

No dia 10, Dia de Camões, o Dr. Francisco Lopes da Silva pronunciou este discurso tendo como tema: «Luís de Camões — Uma visão conjunta da sua vida e obras».

Por convite, que muito me toca e desvanece, de S. Ex.^o o Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, Doutor Onésimo Silveira, encontro-me aqui para proferir uma palestra comemorativa do dia que transcorre hoje — 10 DE JUNHO, DIA DE PORTUGAL, palestra que, ao mesmo tempo, inaugura este espaço da C.M.

É com o maior júbilo — devemos dizê-lo — que nos associamos às comemorações e festividades que, neste momento, têm lugar em todo o Espaço Português e nas Comunidades Portuguesas em países estrangeiros. E seja esta palestra, que intitularemos «Luís de Camões — Uma visão conjunta da sua vida e obra» um modesto contributo para realçar e reforçar uma efeméride tão importante e de tão grande significado para o Povo Português, a quem saúdamos, cordial e

efusivamente, na pessoa ilustre de vossa Excelência, Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, como seu digno representante nesta cerimónia, ao lado da Senhora Consulesa, a quem também cumprimentamos, em especial, no dia de hoje.

Após esta intervenção, este pequeno exórdio, as minhas primeiras palavras vão para Vossa Excelência, Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, em justa e merecida homenagem ao seu trajecto ímpar de Homem Público e grande intelectual, que honra sobremaneira o País que lhe foi berço e exorna, de forma conspícua e exemplar, o escol da «Intelligentzia» portuguesa. Ao mesmo tempo, e fazendo-me eco do sentir de todos os presentes e dos sanvicentinos, em geral, formulo os mais sinceros votos por que a permanência de Vossa Excelência entre nós — o que muito nos apraz e é motivo de grande regozijo — seja proveitosa e o mais feliz possível.

Regressa Vossa Excelência a esta centenária cidade do Mindelo 34 anos depois de a ter visitado, em missão de estudo, num contexto político diferente, quando exercia as altas funções de ministro do Ultramar. Muitas transformações veio, decerto, Vossa Excelência encontrar, quer no aspecto físico, quer na fisionomia geral desta pequena urbe. Todavia, se houve transformações — e, de facto, houve muitas! — só não mudou a fina sensibilidade do Mindelense e a sua natureza afável, que se consubstancia nesta palavra, saborosa e tão crioula — MORABÉZA —, assim como também não se alteraram as razões de profunda amizade que o povo de S. Vicente sempre nutriu e continua a nutrir pelo Povo Português, de quem Vossa Excelência é, neste particular momento histórico, bem-vindo e muito respeitado Embaixador.

Voltando um pouco atrás em relação a essa data em que nos visitou (Agosto/Setembro de 1952), sei perfeitamente, por eu dispôr desses elementos nos meus arquivos, que Vossa



Excelência, Senhor Professor Adriano Moreira, no discurso que proferiu, nos primeiros meses do ano de 1960, aquando da sua tomada de posse como Subsecretário de Estado de Administração Ultramarina, afirmou, num contexto especial, uma verdade que, por ser eterna e absoluta, vem atravessando séculos, incólume, e que vou reproduzir textualmente, com a devida vénia. Efectivamente, disse Vossa Excelência, na ocasião, em determinado passo desse discurso: «Não pode durar o que não seja autêntico». Repito: «Não pode durar o que não seja autêntico».

Por isso mesmo, por ser autêntico, permanece e há-de permanecer sempre essa ligação afectiva entre os nossos dois povos, consolidada, há bem poucos dias, pela honrosa visita de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, ligação que é fruto natural dum convívio, miscigenação e história comum de Cinco Séculos, cimentada por uma Língua também comum, que continua a servir-nos como veículo oficial de comunicação, neutralizando, assim, o nosso isolamento de ilhas perdidas na imensidão do Atlântico e propiciando contactos com todo o mundo, onde afirmamos, orgulhosamente, a nossa Cabo-Verdianidade na Diáspora. Vem, a talhe de foice, que o próprio Amílcar Cabral, ao referir-se, numa das suas obras, à Língua Portuguesa, deixou escrito, sabiamente, que ela foi uma das maiores Heranças que os Portugueses nos deixaram.

E, por falar nisso, é pertinente lembrar que estamos em vésperas de se Institucionalizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que, assim, ganhará «de jure» um estatuto que já existe, não oficializado, é certo, no dia-a-dia de mais de 200 milhões de pessoas.

É hoje a 5.ª língua mais falada do mundo, logo a seguir ao chinês, ao inglês, ao russo e ao espanhol.

A Língua Portuguesa é um património comum a Portugal, ao Brasil e aos PALOP. Muitos séculos de convívio a aperfeiçoaram e poliram, muitos escritores a tornaram mais apropriada e mais dócil. Nem sempre foi assim, por exemplo, quer em Eça de Queiroz, quer em Baltasar Lopes, tão expressiva e harmoniosa: a Língua Portuguesa já foi rude e hesitante. Teve a sua infância.

O português resultou da lenta e gradual evolução do latim que os colonos romanos levaram para a Península Ibérica, após a sua conquista. Não era este *latim* a língua apurada e culta — o «sermo politus» o latim clássico — que nos legaram os escritores da antiga Roma, um Cícero ou um Suetónio, a língua que originou o português era o falar do povo, directo e curiosamente expressivo — o latim vulgar. E os povos peninsulares tão perfeitamente e de tal modo assimilaram este latim, que ele pôde resistir a todas as contingências derivadas das invasões do território pelos Germanos e pelos Árabes, linguisticamente diferenciados.

As línguas, como se sabe, e já dizia Schuchart, são instrumentos vivos, em constante evolução. Não admira, pois, que este latim vulgar se transforme, altere a sua fonética, se adapte as formas de expressão encontradas nos hábitos linguísticos das gentes que o adoptaram — e, finalmente, que alargue o seu vocabulário, com termos tirados das línguas *bárbaras* dos novos senhores da Península. E, então, a linguagem que agora se fala já não é, bem entendido, aquele *latim de origem*, que se instalou na Península no século III antes de Cristo. Ainda não se trata do português ou dos castelhano: é uma fala primitiva, bastante confusa e hesitante — o Romanço —, da qual brotarão, mais tarde as actuais *linguas românicas* — assim chamadas porque derivam do latim, desde o Português ao Francês, desde o Italiano ao Romeno. São mais de doze, se incluirmos os dialectos.

A língua portuguesa surge, pela primeira vez, em dois documentos do século XIII — um auto de partilhas, que, aliás, ainda começa assim: «In Christi Nomine. Hec est Notitia de partição e de divison que fazemos antre nós dos herdamentos que foram de nosso padre e de nossa madre em esta maneira...», etc., etc. O outro documento é uma *canção de amor*, de autoria do poeta (chamavam-se nesse tempo *trovadores* aos poetas), do poeta — dizíamos — Paio Soares de Taveirós. Por se tornar *cansativo* para a ilustre assistência, não vamos entrar nos meandros da *Poesia Trovadoresca*, por mais interessante que seja, como é, na verdade. Poderá ser assunto para uma futura palestra, cuja responsabilidade desde já aceitaremos.

Depois que foram extintos, em Portugal, os últimos ecos de combate pelo alargamento e defesa da terra nacional pôde El-Rei D. Dinis trabalhar — ele próprio garante — em prol da linguagem — sem dúvida *Voz e Expressão da Nacionalidade*. Para culminar essa patriótica acção o monarca cria, em 1290, a Universidade Portuguesa.

El-Rei D. Dinis deu o primeiro grande impulso. Poetas, prosadores cuidarão da língua com esmero. E quando se chegar ao século XVI — ultrapassando a fase *arcaica* da linguagem — o português moderno poderá, confiadamente, soar nas mais remotas paragens. António Ferriá Floresca, fale, cante *Folie* já pôde escrever *Gramática* (1536).

E é neste ponto que entramos a falar de Luís de Camões. Camões vale por si só uma literatura inteira, escreveu o erudito alemão Schlegel. É um juízo perfeitamente exacto. Irmão, pelo génio, de Homero e de Vergílio, Camões simboliza as aspirações, a glória e o valor do seu país, da terra que o viu nascer. E aqui se levantam problemas. Várias localidades lhe reivindicam o berço. Lisboa, Coimbra, Santarém e até

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Europa em Formação — Adriano Moreira	2.500\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).

Alenquer. Todavia, o Dr. Teófilo Braga, no seu conhecido estudo «Camões, Época e Vida» (Porto — 1907, páginas 166 e seguintes) demonstra, cabalmente, ser Lisboa a terra natal do glorioso Épico.

Podemos, portanto, afirmar, sem reboço, que Luís Vaz de Camões nasceu em Lisboa, corria o ano de 1524. Foram seus pais Simão Vaz de Camões e Ana de Sá e Macedo. Era de ascendência ilustre. Seu quarto avô foi Vasco Peres de Camões, que, no tempo de el-rei D. Henrique de Castela, passou da Galiza a Portugal: neste reino, casou com uma filha de Gonçalo Tenreiro, general das armadas de Portugal e mestre da Ordem de Cristo. Digamo-lo com mágoa, Camões deixou a posteridade ignorando aspectos vários dos seus laços de família. Aos cronistas coube o falarem do luzimento e grandeza dos seus antepassados. Coisa estranha: na vasta obra do poeta não há uma referência relativamente aos que lhe deram o ser. Pai, mãe — são nomes que não têm eco em suas poesias.

Contava Luís de Camões apenas 13 anos quando se matriculou na Universidade de Coimbra. Lançado em tenra idade entre estranhos, fez-se logo defensor de seus próprios brios. Seus estudos causaram surpresa e espanto, e fácil e natural lhe foi medir-se com as Ciências e tomá-las como suas. Cedou aceite o desafio do mundo, em que entrava, com poesia para ser um gênio, com tendências para herói, com firmeza e determinação para mártir.

Começou muito cedo a frequentar a corte de D. João III, onde se inicia a sua vida aventureira e cortada de desgostos, que não mais cessaram de o perseguir. Diz-se que foram os seus amores com a dama do Paço Dona Catarina de Ataíde o pretexto para o afastar da corte. Em 1547, aos 23 anos de idade, tendo-se espalhado a notícia do cerco de Mazagão,

embarcou para África, alistado como soldado, e lá, durante dois anos, deu asas ao seu temperamento belicoso, perdendo, numa refrega com os Árabes, o olho direito.

Mas voltemos a Dona Catarina de Ataíde. Ela é para Camões o símbolo da perfeição, e ousamos dizer que poeta algum na Antiguidade elevou o culto do amor a tão brilhante esfera. Nem Petrarca com Laura, nem Dante com Beatriz.

Seguem-se desterros e exílios. No ano de 1553, aos 29 anos, partindo para a Índia Fernão Álvares Cabral, comandando uma esquadra de quatro naus, embarcou Camões na «São Bento», em que ia o almirante. Dispersadas e afastadas todas por um temporal horrível, esta nau foi a única que, naquele ano, chegou ao seu destino. O vice-rei D. Afonso de Noronha, que, desde largo tempo, tinha determinado guerrear o rei de Pimenta, aproveitou o ensejo, juntando à sua esquadra, com o fim de a reforçar, a nau comandada por Fernão Álvares Cabral. O poeta seguiu os seus companheiros, e com eles partilhou os perigos da guerra.

Regressando a Goa, ali compôs a elegia em que refere quanto sofrera nessas campanhas, elegia que começa «O poeta Simónides falando/Co'o capitão Themístocles um dia». É admirável a singeleza da parte narrativa, e a grandeza da descrição.

Não lhe sofrira o ânimo inquieto um prolongado descanso, e, vendo que o capitão-mor Manuel de Vascelos aparelhava outra armada, quis logo o poeta tomar nela parte. Em 1555, partiram a demandar o estreito de Meca, com o fim de perseguir o corsário Safar; porém, esquivando-se este ao castigo, que tão justamente merecia, e tendo passado já o tempo propício da monção, voltaram os portugueses junto a Mascate, e ali passaram a estação invernos.

Sentindo mais pesada e insofrida a sua amarga Saudade, escreveu Camões, naquelas paragens, uma maravilhosa canção, inspirada pela mais profunda dor. Diz o poeta:

Somente o céu severo
As estrelas e o fado sempre fero
Com o meu perpétuo dano se recreiam,
Mostrando-se potentes e indignados
Contra um corpo terreno,
Bicho da terra vil e tão pequeno

Em força dramática e expressividade, só é comparável o começo desta a célebre Canção Décima: «Junto dum seco, duro estéril monte / Inútil e despido, calvo e informe / Da natureza em tudo aborrecido, / Onde nem ave voa, ou fera dorme / Nem corre claro rio, ou ferve fonte /...

Na Índia, escreveu Camões grande cópia de suas poesias, que são, por extremo delicadas, e nas quais se deixa ver a melancolia matizada ainda de alegre verdor. É nossa opinião que, naquele longo exílio, atingiu o poeta a sua maior grandeza, reflexo de outras que seus olhos viram, que sua alma sentia e que em seu pensamento se debuxaram.

Todavia, Camões nem sempre é igual a si próprio; e como?, e quem jamais o podia ser? Se a inspiração do poeta nasce dos factos que o rodeiam, se o seu sentir se ilumina, se abate, se desespera com os diversos lances que a sorte lhe tece. Sim, como podia, então existir uniformidade nos seus cantos? Há milhares de versos que são queixa sentida, mas, por vezes, monótona. Contudo, foi poeta lírico dos primeiros da época; fervoroso admirador de Vergílio, irmão nato dos poetas italianos, filho do mesmo sol que a fronte lhes banhava em ondas de viva luz; pintor fiel da Natureza, grande na descrição e fino no colorido.

AGP
VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acpur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpam P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acpur P — Fax 200 25 02



**UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE**

A gruta de Macau, «solidão querida» (como a ela se refere) foi o lugar onde Camões compôs a quase totalidade do seu poema épico, e neste, contrariando, em parte, o que dissemos antes, é sempre *mais igualmente feliz*.

A *Epopéia* pertence a outras épocas, a outros séculos. Mas Camões pôde, desassombrado, medir-se, rivalizar com os grandes nomes da Antiguidade, um Homero, um Vergílio, sem que, depois, nenhum outro lhe pudesse ofuscar o valor.

A ideia de uma *epopéia nacional* derivava, naturalmente, das características da expansão marítima portuguesa: dilatação da Fé e do Império. Já Garcia de Resende lamentava, no prólogo do Cancioneiro Geral, que os notáveis feitos dos Portugueses não estivessem devidamente celebrados.

O poema camoniano é, por consequência, a expressão do *sentimento colectivo* — e, também —, temos de o dizer! — o *resultado literário* de uma lenta acumulação de materiais fornecidos pela cultura tradicional e pelo trabalho dos cronistas. Aí até tem lugar a «História Trágico-Marítima», que é uma colectânea de relatos de naufrágios ocorridos, em parte, no século XVI. É claro que essa colectânea foi publicada em 1735, da responsabilidade de Bernardo Gomes de Brito (...).

Ao fim e ao cabo, a viagem marítima de Vasco da Gama constitui a acção de «Os Lusíadas». O tema geral é, propriamente, toda a História de Portugal: «eu canto o peito ilustre lusitano» — diz o poeta. O poema está dividido em dez cantos e compreende, à maneira dos modelos clássicos — Odisseia e Eneida — as seguintes quatro partes: Proposição, em que o poeta nos diz o que vai cantar; Invocação, em que pede inspiração às Tágides, ninfas do Tejo; Dedicatória, — em que Camões oferece o poema ao rei D. Sebastião, que lhe estabeleceu uma fiança anual de 15.000 reis; e, finalmente — Narração.

Embora a lira de Camões cantasse num idioma pouco sabido, os bardos, pelo Universo, ainda repetem seus louvores.

A primeira edição de «Os Lusíadas» é de 1572, tinha o poeta 48 anos. O nome da epopéia «Os Lusíadas» é, propriamente um neologismo criado por André de Resende. É um poema imenso. Cada Canto compartimenta-se em estâncias de 8 versos, contém, ao todo 1.102 oitavas e 8.816 endecassílabos.

Portugal, pequeno na Europa, mas sentinela avançada sobre o Oceano, devia, necessariamente, ser o berço desses heróis que descobriram para o mundo novos mares, novas terras, novos céus, novas gentes.

Em Abril do ano de 1570, fundeava, na baía de Cascais a nau «Santa Clara», vinda da carreira da Índia e trazendo a seu bordo o poeta de «Os Lusíadas». E o poeta entrava em Lisboa, onde a maior desventura o esperava, mas cumpria o seu Destino, legando a Portugal um nome que o enobrecia.

A época do regresso de Camões à Pátria era uma época de desvairios, de desatinos, de extravagâncias, não só em Portugal como em quase toda a Europa. Filipe II, essa figura sinistra, cheia de astúcia, de ambição e poder *agrilhoava* a Espanha sob o mais feroz despotismo. Em Inglaterra, reinava Isabel I, a última Tudor, *velha gaiteira* — passe e perdoem-me a expressão — carcereira e algoz impiedosa de Maria Stuart, que manteve incomunicável durante 19 anos, antes de a mandar matar. Em França, reinava Carlos IX: espírito fraco, que os remorsos dilaceraram, e que tinha por génio fatal o mais negro carácter que veio ao mundo em sua mãe, a tenebrosa Catarina de Médicis. A Alemanha, por seu lado, ardia em guerras religiosas, ou naquelas, *ou naquelas* — para dizermos melhor — em que os interesses de príncipes e de povos cobriam com esse falso manto e nome. No Vaticano, o Papa Gregório XIII festejava o massacre dos Huguenotes, praticado no Dia de São Bartolomeu.

Entretanto, Portugal caminhava para o seu negro destino e fim, guiado por um rei moço e generoso, mas impellido pela mais tenaz fantasia a procurar uma sonhada glória numa guerra na qual se aventurava cego, caminhando ao acaso, e encontrando, por fim, só a morte em prémio da sua temeridade no aziago dia 4 de Agosto de 1578, quando se feriu a desastrosa batalha de Alcácer Quibir.

Contudo, D. Sebastião, neto de D. João III e do imperador Carlos V, ficou sendo para os Portugueses um vulto simpático, porque a bravura do príncipe guerreiro, que tinha por divisa «um bel morrer tutta la vita onora» há-de resgatar, porventura, a temeridade e a leveza de ânimo do monarca, nessa empresa fatídica.

Nesse mesmo ano de 1578, morreu a rainha D. Catarina, que, do seu leito de morte, agoniada, desvairada, clamava repetidamente: «Não passe el-rei à África». «Não passe el-rei à África!»

A lembrar os estranhos fenómenos e prodígios que se verificaram, em Roma, por altura dos idos de Março do ano de 44 antes de Cristo, quando Júlio César foi apunhalado, em pleno Senado, por Bruto, Casca e outros celerados, também em Lisboa ocorreram coisas estranhas, quase premonitórias: na noite de 13 de Outubro de 1572, caiu sobre o Tejo um furioso vendaval, que dispersou a Armada Real, aparelhada contra os Turcos e todos os navios surtos no Tejo. As largas dezenas de naus da Armada vinham dar às praias, que se viam cheias de mortos e destroços; no ano de 1573, também houve grandes tormentas e espantosas cheias. No ano seguinte, em 1574, veio a esterilidade do reino, a falta de chuvas, e, afluindo muita gente da Beira e do Alentejo a Lisboa, desenvolveram-se graves doenças, que vitimaram milhares de pessoas. A 7 de Junho desse mesmo ano, houve um terramoto devastador.

A 10 de Junho de 1580, faz hoje 416 anos, morria Luís de Camões, escrevendo, dias antes, a D. Francisco de Almeida uma carta, na qual dizia: «Enfim acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado à minha Pátria, que, não só me contentei de morrer nela, mas com ela».

Os exércitos de Castela aproximavam-se da fronteira portuguesa.

Luís de Camões distinguiu-se também, e muito, no género lírico, escrevendo sonetos, elegias, canções, élogos e odes, assim como no teatro, com três autos: «Filodemo», «Anfitriões» e «El-Rei Seleuco». Sá de Miranda (1521).

Onde morreu Camões? Em que circunstâncias materiais? Parece que Luís de Camões, o maior cantor das glórias portuguesas, morreu numa pequena casa junto ao Largo onde hoje se ergue a sua estátua e em extrema miséria, sendo enviada da casa Vimioso a mortalha que o envolveu, tendo ficado sepultado na igreja das Freiras franciscanas, sob a invocação de Santa Ana. Dezasseis anos depois, D. Gonçalo Coutinho, da casa Marialva, mandou recolher-lhe os ossos, em modesta campa. Depois, Martim Gonçalves da Câmara restaurou a sepultura arruinada e substituiu o epitáfio por outro, em versos latinos do jesuíta Matos Cardoso. O terramoto de 1755 dispersou os ossos, que Almeida Garrett, Castilho e comissões especiais, entre 1854 e 1880, debalde se esforçaram por achar e autenticar.

O que acabámos de dizer lemos nós no livro do Dr. Costa Ferreira «Os Ossos de Camões — Tentativa de uma Investigação Antropológica», Lisboa, 1912, 1.^a folha.

«Sic transit Gloria Mundi».

MUITO OBRIGADO

Francisco Lopes da Silva

DIA DA UNIÃO DAS COMUNIDADES DE CULTURA PORTUGUESA

11 DE JUNHO

No mesmo salão nobre da Câmara Municipal de S. Vicente na cidade do Mindelo, o Sr. Prof. Adriano Moreira, fundador da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, donde nasceria a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, como um voto do 1.º Congresso da União das Comunidades da Cultura Portuguesa, realizado na Sociedade de Geografia e encerrado no Castelo de Guimarães em 12 de Dezembro de 1964, pronunciou o seguinte discurso tendo como tema: *As Novas Fronteiras dos Povos de Expressão Oficial Portuguesa*.

Este século que está a terminar foi dominado, entre outras mais linhas de força, pela descolonização, estando sobretudo em causa o modelo de domínio implantado a partir da Conferência de Berlim de 1885, e tudo levando ao resultado principal de se ter desmoronado o sistema euromundista.

Entre os vários instrumentos de luta pela captura, manutenção e exercício da força, foi o Estado soberano renascentista que apareceu a assumir o principal dos protagonismos, ou resistindo ao dismantelamento das estruturas imperiais, ou emergindo como forma adoptada pelos povos que chegaram finalmente à participação igual e livre na comunidade internacional.



Mindelo — A praia e a Torre de Belém

Um dos elementos essenciais desse modelo político, que é o Estado soberano, foi sempre a fronteira geográfica, de tal modo que se consolidou o consenso no sentido de não as fazer variar, rectificar, ou redefinir pela força, mesmo nos casos em que a herança era a do traçado arbitrário em que tinham concordado as potências coloniais agora despedidas.

Deste modo, a OUA consagrou nos seus estatutos que as novas soberanias herdariam os limites dos antigos colonizadores e não os modificariam, regra que a Organização de Cooperação Europeia também adoptou na Conferência de Helsínquia (1975) não prevendo a implosão do Império soviético.

É de meditar o facto de que esta utilização dos conceitos do Estado soberano clássico se tenha verificado numa

data em que não apenas as fronteiras deixam de ser apenas ou predominantemente geográficas, e a soberania entrou em revisão ou foi sendo esvaziada de capacidades em zonas extensas do mundo.

Entre o fim da guerra de 1945, e a década de oitenta, o papel e o funcionamento do Estado entraram em discussão, ao mesmo tempo que essa velha criatura se encontrou em regra com fronteiras geográficas, fronteiras económicas, fronteiras de segurança, e fronteiras culturais não coincidentes, e impelida a procurar sínteses em grandes espaços de estrutura e função nem sempre bem pressentidas ou definidas.

Ainda na década de oitenta, os países chamados desenvolvidos pensaram no Estado como ordenador e protector de economias nacionais, discutindo a maneira de ter melhor Estado e menos Estado; os países em vias de desenvolvimento olharam para o Estado como dinamizador das soluções sociais e económicas, depois de terem saído da revolução política descolonizadora; na área soviética, o centralismo abonava-se do triunfo da expansão do modelo a regiões progressivamente mais vastas desde 1917.

Mas na década de oitenta, e sem distinção, os Estados começaram a ver-se limitados pelas cúpulas, com vista da intervenção de organizações supranacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional — FMI, para organizações de segurança e defesa como a NATO, para formações multinacionais que definem as suas próprias fronteiras económicas.

Pode dizer-se que o problema se traduz hoje em saber que Estado é necessário reconstruir, em vista da falência das economias dirigidas, do passivo social acumulado pelos Estados que tinham aderido à teologia de mercado, do desastre do socialismo real na própria área da estrutura política.

Pergunta-se pelo destino do Estado soberano ou da soberania clássica; pela redefinição das relações entre o Estado e a sociedade; pela nova consciência de uma função pública que abandona e ultrapassa o modelo tradicional da multiplicação de pequenas competências e actos, e que acompanha o dinamismo e agilidade das administrações empresariais.

Nessa histórica década de oitenta, a erosão dos Estados soberanos pelas cúpulas correspondeu à redução de uma autonomia de decisão, condicionada severamente pela globalização das actividades económicas e financeiras, e também das redes de informação.

Foram as interdependências crescentes, e as dependências menos estimadas mas inevitáveis, que empurraram para os grandes espaços supraestadauais, institucionalizados e geridos de uma perspectiva supranacional.

No plano diplomático, antes mesmo da institucionalização de direito, os factos obrigam a multiplicar as grandes conferências internacionais temáticas, as cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, e isto tanto em relação a países industrializados das economias afluentes, como em relação aos países pobres ou em vias de desenvolvimento.

Na Europa, com grande visibilidade a partir da data (1981) em que Ronald Reagan reafirmou desamboradamente a hegemonia norte-americana, a marcha para a unidade acelerou-se com o Acto Único de 1985, primeiro passo para o Tratado de Maastricht de 1992, que de facto firmou o objectivo da unidade política.

A institucionalização da interdependência deu origem a que novos temas dominem a discussão internacional, designadamente a queixa contra a «fortaleza Europa», dos ocidentais em relação à ameaça japonesa, e de todos em face da necessidade de deslocalização das indústrias para resistir à ofensiva do esforço económico asiático que não tem salários nem encargos sociais equivalentes aos ocidentais.

Parece contrário à lógica da evolução o facto de, ao mesmo tempo, tendo causa principal na dissolução do império a leste da Europa, explodirem reivindicações nacionalistas e independentistas, de povos longamente oprimidos.

A questão suscitada é a de saber se haverá maneira de substituir os grandes espaços impostos por um poder director, por grandes espaços baseados no consentimento, na racionalidade, nos interesses comuns, numa concepção de direito internacional, e de direitos e deveres responsabilmente assumidos.

Porque a insuficiência do Estado soberano clássico, a questão das interdependências inevitáveis, o apelo às supranacionalidades, não fazem desaparecer o fundamentalismo da exigência de igual dignidade dos povos, da sua autodeterminação em cada época, dos direitos do homem garantidos sem dependência das várias formas de organização da vida política.

O processo de erosão do Estado soberano pelas cúpulas da internacionalização, e de erosão pelas bases da desconcentração de poderes, da descentralização, da regionalização, não atingiu ainda o seu ponto crítico mais avançado, e o esforço coordenado dos vários observatórios tende para conseguir que se consolide, como disse este ano João Paulo II no seminário sobre o cinquentenário da ONU, assumindo os riscos da paz.

Destes factos importa-nos salientar o da pluralidade das fronteiras que desenham sobre o globo um emaranhado sem precedentes, com as mais variadas cores a identificar cada um dos traçados.

A par das fronteiras geográficas, tradicionalmente dominantes para a identificação de cada soberania, a evolução das dependências e interdependências obrigou a sobrepor a linha do conflito Norte-Sul, a que o Concílio Vaticano II atribuiu uma imparável importância na problemática deste século, e que movimentos de ordem política, como o maoísmo, tentaram mobilizar com unidade.

Factos posteriores, designadamente a guerra do Golfo (1987-1988), e a implosão do império soviético para evidenciar uma fronteira que, do estreito de Gibraltar até à Indonésia, separa o Norte do Sul do mundo, contendo num vasto corredor os países islâmicos.

Quando os analistas se debruçam sobre os conjuntos geopolíticos, identificam ao redor de quatro dezenas, com aproximações decorrentes da situação geográfica e da conjuntura política, que enlaçam numa fronteira, por vezes informal, vários países necessariamente em crise de soberania.

Assim aconteceu com a África, onde se perfilam o Magrebe, a África do Golfo da Guiné, a África Central, a África do Leste, a África do Nordeste, a África do Vale

do Nilo, a África Sub-Tropical, a África Austral, a África do Oceano Índico, a África Extremo-Occidental, com Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa.

Parece haver consenso em reconduzir esta pluralidade a três zonas geopolíticas abrangentes: a zona de influência da África do Sul que vai até ao Zaire meridional; o por vezes chamado ventre mole da África subsariana, e o Magrebe cada vez mais próximo das instituições europeias.

Nestes arrumos operacionais, o antes chamado «pré carré» francês, internacionalmente considerado abrangido por uma relação privilegiada com a França, sofreu alguma mudança datada das exéquias de Houphouët-Boigny em 9 de Fevereiro de 1994, mas não diminuiu a determinação francesa, reafirmada pelo Presidente Chirac, de fortalecer uma área de presença influente, embora com progressiva intervenção da comunidade internacional, a lidar com o modelo de integração regional, que é a Comunidade Económica e Monetária da África do Oeste.

A fronteira dessa área de colonização francesa pode abrigar Estados que no passado tiveram outras raízes, e assim pode acontecer por exemplo com a Guiné-Bissau, aderindo formalmente à área do franco francês.

Não se trata de um caso único em relação a Estados de expressão oficial portuguesa, porque também Moçambique aderiu à área da Comunidade Britânica, que já fez saber quanto apreciou a decisão, coerente com ambições bem identificadas de países interiores, os quais têm o acesso ao mar como essencial antes de se moverem por outras intenções. Por isso a adesão de Moçambique à Comunidade Britânica é um facto normal por referência ao processo de redefinição da ordem mundial em curso.

De resto, já no que toca ao Brasil, que atingiu a independência em circunstâncias profundamente diferentes das deste século, a fronteira tangente do americanismo é um facto com expressão que vai da doutrina de Theodore Roosevelt do *big stick*, formulada em 1901, à

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 – (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica – Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 – Tel. e fax 346 47 20 – 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

linha integradora da Organização dos Estados Americanos (OEA), às intervenções directas ou indirectas dos EUA contra os revolucionários da Guatemala (1954), Cuba (1959), Nicarágua (1979), à luz de que a independência americana poderia ser ameaçada pelo aparecimento do modelo soviético no continente.

No Oriente, onde não se verificou a independência de nenhuma das antigas possessões portuguesas, é uma linha cultural de origem lusíada que ainda assim atravessa parcelas de grandes países, como na União com Goa, ou como na China com Macau a partir de 1999.

Estas referências, que facilmente podem ser enriquecidas com mais dados, apoiam o conceito da pluralidade de fronteiras que atinge diferentemente todos os Estados, sendo que a fronteira cultural desenvolve um trajecto que, em cada território, se encontra com ideias diferenciadas e não homólogas.

Este facto implica uma revisão do conceito de *relação privilegiada* que, no século passado, e até à segunda guerra mundial de 1939-1945, era invocada para caracterizar a aproximação entre novos países e antigas metrópoles, designadamente entre a Inglaterra, os EUA, e os Domínios.

Atendendo à época da independência, reconhecida pelo Tratado de 1825, foi assim que tradicionalmente se avaliou a proximidade entre Portugal e o Brasil, uma perspectiva que teve de entrar em revisão no fim da década de sessenta, quando Jânio de Quadros mudou o voto do Brasil na ONU, em favor da autodeterminação das então colónias portuguesas.

A questão das relações privilegiadas parece, em todos os casos, condicionada pela globalização que se acelerou nas últimas décadas, e também pelo sincretismo múltiplo que se verifica entre os intervenientes na relação.

Existe uma variável essencial, e qualitativamente relevante, que tem a sua melhor expressão na língua, que acrescenta modelos religiosos e culturais, que mostra os elos de uma história vivida em comum por muito variáveis que sejam as origens dessa comunhão.

Mas não pode ignorar-se, em relação a cada exemplo, a necessidade de outras componentes que se conjugam para dar origem a uma identidade inconfundível.

No caso do Brasil, por exemplo, o património cultural inclui heranças japonesa, alemã, italiana, ameríndia, africana, tudo convergente para formar um sistema específico que já permite falar, em relação a mudanças da sociedade dos EUA, no abramileiramento das componentes.

Coisa equivalente se dirá de Cabo Verde, que entendo ser o mais perfeito exemplo de sociedade étnica e culturalmente integrada em todo o espaço onde se exerceu a soberania portuguesa, mas que por isso mesmo soma, no seu património cultural específico, legados e criatividade que não coincidem integralmente com outras áreas de expressão oficial portuguesa.

Afinal, um facto repetitivo, que é equivalente ao do europeísmo, este em primeiro lugar herdeiro de Roma, com uma sociedade fortalecida pelas heranças grega e judaico-cristã, mas dispersa por dezenas de Estados com identidade nacional específica, religião e língua próprias, agregados depois em grandes espaços que não se confundem com a NATO, a UEO, a UE, a OSCE.

Em suma, o referido fenómeno da multiplicação das fronteiras, não apenas geográficas, mas culturais, económicas, financeiras, estratégicas, conjunturais.

A questão da lusofonia, expressão da mais importante componente da herança cultural lusíada espalhada pelo mundo, parece dever assumir em primeiro lugar esta perspectiva dos novos traçados fronteiriços, para conseguir manter e desenvolver uma função transversal unificadora.

O facto de muitas instituições se movimentarem ao redor da problemática que suscita, não é necessariamente uma aflicção pelos riscos da erosão, talvez deva ser entendido como o reconhecimento da sua função dinamizadora em várias instâncias e novas geografias.

Recentemente reuniram-se os bispos da Igreja Católica dos países de expressão portuguesa, e alguma lição importante pode ser retirada das inquietações manifestadas, assim como da intenção expressa por algumas universidades portuguesas, a começar pela Universidade Católica, de pretenderem alargar-se a África, acrescentando designadamente a política da aproximação institucional entre os municípios e as cidades de todo o mesmo espaço, tudo num contacto marcado, nestas últimas duas décadas, por investimentos e projectos vários, de iniciativa pública e privada.

Em relação com a Igreja Católica, a instituição mais presente em todo o património comum deste espaço da lusofonia, talvez seja oportuno meditar sobre a função unificadora que desempenha em vários territórios, a começar pelo Brasil, e que parece hoje tão relevante em Angola: nesta, o culto e o facto de o culto ser praticado em português, parecem contribuir para o sentimento de unidade que supera os conflitos internos que se espera estejam em processo de extinção. A língua é um factor definidor da unidade, tal como aconteceu no Brasil, e o primeiro instrumento de expressão de uma cultura específica na área de cada novo Estado.

Uma função cuja contribuição se avalia quando se compara com Moçambique, onde acontece que o culto é preferencialmente praticado em línguas nativas, resultado das circunstâncias específicas do território. E do conflito interno que também ali se desenvolveu.

A questão das fronteiras múltiplas e novas, e a consequência dos grandes espaços que antecipam, de maneira regionalizada, o globalismo para o qual tende a comunidade mundial, parece conduzir à relevância de dois factos principais: que os territórios onde se implantou a lusofonia estão ligados por um património cultural que,

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

de Adriano Moreira

Adquira e leia o 1.º livro escrito em Portugal sobre Ciência Política

Peça o seu exemplar ao Instituto D. João de Castro

Rua D. Francisco de Almeida, 49 — 1400 LISBOA
Telef.: 302 17 28

diversificado e específico em cada região, tem sempre aquela componente como uma variável qualitativamente relevante; que os vários futuros que dinamizam a formação de novas fronteiras, conduzem os diversos territórios para grandes espaços diferenciados.

Foi assim que Portugal aderiu à União Europeia, onde se procura uma nova definição das soberanias e do poder político, sem renunciar à lusofonia, tal como a França não renunciou a uma presença africana que se aproxima da função de gendarme, tal como a Inglaterra não renunciou a manter e desenvolver a Commonwealth.

Foi assim que o Brasil não deixou de integrar o MERCOSUL, um espaço de mercado comum fundado em 1991, com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai; e pertence desde 1948 à Organização de Estados Americanos, que agrupa os 34 Estados americanos independentes, com excepção de Cuba, expulsa em 1962.

Neste fim de século de chegada à globalização, não parece que os factos induzam a considerar estas múltiplas pertenças como erosões de unidades culturais, em regra sobreviventes ao desmoronamento de estruturas imperiais euromundistas.

Talvez corresponda a melhor percepção reconhecer que as unidades culturais, ou áreas se assim parecer melhor, são elas próprias compostas de especificidades, pelo que a variável comum, como a língua, tem um peso diferente em cada uma delas; que as múltiplas fronteiras — geográficas, económicas, de segurança — limitam sistemas cuja funcionalidade beneficia pelo facto de estes serem tributários de componentes comuns ao serviço da regularidade do funcionamento integrado; é inelutável que territórios dispersos pelos vários continentes, ainda que filiados na mesma matriz cultural e linguística, sejam abrangidos por definições diferentes dos grandes espaços em formação: o corolário não é que a solidariedade cultural se afunda, mas sim que, para além das divisões supervenientes, subsiste uma referência comum que merece fortalecimento e desenvolvimento em função do objectivo de uma procurada ordem mundial e baseada na interdependência e na solidariedade.

Numa visão continental, e finalmente perante a criação de uma Comunidade de Estados de Expressão Oficial Portuguesa, o problema fundamental de Cabo Verde é da área da economia e do desenvolvimento, desafio que nem sempre encontrou resposta satisfatória na ajuda e cooperação dentro da área cultural. Mas a identidade caboverdiana é um valor essencial dentro da fronteira cultural geral, com sincretismos únicos.

Em primeiro lugar o bilinguismo, como o crioulo assumindo uma expressão literária que traduz principalmente estados de alma poéticos, um recurso de artistas para exprimir o indizível. Mas o português foi o veículo de formação de uma intelectualidade caboverdiana, acentuadamente literária, mas que tornou supremos valores espirituais dos quais foi sempre um veículo na restante área de expressão portuguesa, e nas terras estrangeiras onde se fixou pela emigração.

A terra onde se desenvolveu de maneira mais perfeita a regra de que todos devem ser tratados como iguais, com direito à diferença, sem distinção de etnias, também se perfila como um elo fundamental desta solidariedade entre os povos de expressão oficial portuguesa, que é o valor mais homenageado neste dia de celebração oficial.

Existem razões para entender que a própria definição da União Europeia seria mais completa se este arquipéla-

go estivesse, junto dos outros arquipélagos atlânticos, dentro das suas fronteiras comunitárias: porque a muitos parece estar aqui o limite da periferia europeia, e um ponto de articulação com o projecto mais vasto de Euráfrica.

Entre mais razões, estas apontam para um esforço no domínio do ensino superior, e da investigação aplicada, em que as universidades da área da língua portuguesa devem vir a prestar a doação de serviços necessária, um esforço que merecerá certamente o apoio europeu.

Esforço que dará frutos no fortalecimento de um entendimento lusotropical dos valores actuais da globalização, da Nova Ordem, da paz pelo direito, da expansão dos modelos de regime, de economia, de direitos do homem, que a Carta da ONU proclamou como traves necessárias do desenvolvimento em todos esses domínios funcionalmente inseparáveis. A ONU à espera de reforma inadiável, mas em cuja Assembleia Geral está o único lugar do mundo onde todos os Estados e povos se encontram com todos. Uma assembleia na qual os povos de expressão oficial portuguesa, convergentes na União finalmente conseguida, poderão contribuir, como força unida, para a implantação dos valores que lhes conferem uma particular maneira de estar no mundo. A maneira de estar no mundo que faz de Cabo Verde um exemplo de harmonia étnica, de harmonioso sincretismo cultural, de sentido de responsabilidade na comunidade das Nações.

ADRIANO MOREIRA

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma seleção esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

ESBOA - Av. Infante Santo, 23 - 07.º Cq. - Telef.: 07 47 34 - Telex: 0370 Gertal P Lisboa - 1500 Lisboa
PORO - Rua Gonçalves Sampaio, 295 - Telef.: 89 99 01 - Telex: 23428 Gertal P Porto - 4100 Porto

VIDA DO INSTITUTO

1 — O nosso Instituto retomou a sua vida cultural organizando com a colaboração da Universidade Internacional, Academia Internacional da Cultura Portuguesa e da Associação Académica da U. I. um colóquio no dia 6 de Maio em que foi estudado e aprofundado o tema: «*A Presença Portuguesa no Oriente no fim do Século XX*».

O Colóquio, além de dirigir-se aos Senhores Académicos e Sócios do Instituto, tinha como principal objectivo suscitar o interesse nos Estudantes dos Cursos de Ciência Política e Relações Internacionais e de Direito.

O Colóquio ocupou todo o dia, sendo aberto às 9,30 pelo Magnífico Reitor da Universidade Internacional, Prof. Doutor Ilídio de Amaral.

A manhã foi ocupada por duas Comunicações: o Dr. Carlos Monjardino apresentou um trabalho muito completo sobre «*Acção Cultural no Oriente no Século XX*» e a Prof.^a Dr.^a D. Ana Maria Amaro tratou a presença portuguesa em Macau e a simbiose das duas culturas: a portuguesa e a chinesa.

Às 13 horas a Direcção do Instituto D. João de Castro ofereceu o almoço a todos os intervenientes.

Da parte da tarde foram apresentados 3 trabalhos: o Sr. Embaixador Dr. Fernando Reino tratou: «*Caracterização das Forças em presença no Oriente e muito especialmente no Pacífico*»; o Sr. General Pedro Cardoso tratou: «*As questões de Segurança no Oriente*»; e por último, o Sr. Prof. Doutor Nurana Coissoró aprofundou o tema: «*A permanência da Cultura Portuguesa no Oriente*».

O Sr. Prof. Doutor Adriano Moreira encerrou o Colóquio elogiando a oportunidade do tema e os diferentes aspectos focados por especialistas bem conhecidos no meio universitário e cultural de Lisboa e do país.

2 — CONSELHO DE SÓCIOS FUNDADORES

Com data de 7 de Junho foi convocado o Conselho de Sócios Fundadores para o dia 20 de Junho às 18,30 horas.

Participaram 11 Sócios Fundadores dos 14 iniciais.

O Presidente da Direcção leu o Relatório, focando os principais pontos de vida do Instituto e muito especialmente o problema financeiro, referindo-se também às obras realizadas na nova sede do Instituto, tendo a C. Municipal passado a licença de habitação em 6 de Julho de 1995.

Após a leitura do relatório de contas relativas a 1995 foi lido o parecer do Conselho Fiscal. Os dois documentos foram aprovados por aclamação.

Tendo terminado o prazo para que tinham sido eleitos os 3 órgãos do Instituto — Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Científico — foram eleitos os novos órgãos para o triénio 1996-99, ficando assim constituídos:

DIRECÇÃO: Presidente — *Joaquim António de Aguiar*.

Vogais — *Amaro de Oliveira Santos, Dr. Helder dos Santos, Dr. José Luís Seixas e Dr. Nuno Mayer Alves Moreira*, este, como Secretário.

CONSELHO FISCAL: Presidente — *Dr. António Maria Pinheiro Torres, Dr. João Abrunhosa e D. Margarida Mayer*.

O CONSELHO FISCAL foi reconduzido em pleno. Tomaram-se ainda as seguintes resoluções:

a) Dar o nome do Presidente da Direcção ao anfiteatro do Instituto;

b) Participar com a Fundação Oriente na organização e realização de um Fórum sobre a «*Situação da Cultura Portuguesa na área dos PALOPS*» no Convento da Arrábida;

c) Organizar um debate sobre Regionalização, ficando a cargo dos Drs. Jaime Nogueira Pinto, José Luís Seixas e João Abrunhosa;

d) As Exmas. Senhoras D. Margarida Mayer e Mónica Moreira ficaram encarregadas de organizar uma série de encontros sobre temas de interesse para a área onde está localizada a sede do Instituto, tendo assim o Instituto uma presença no bairro do Restelo.

O Presidente da Direcção pediu ao Conselho de Fundadores um agradecimento muito sentido para o Dr. José Luís Seixas, pelo acompanhamento sempre dado para a solução dos vários e complexos problemas que se resolveram nestes últimos anos da vida do Instituto.

Após o encerramento do Conselho de Sócios Fundadores a Direcção ofereceu a todos os participantes o jantar numa das dependências do Instituto, aproveitando a ocasião para um maior estreitamento da amizade existente no grupo de Sócios Fundadores e troca de impressões e pareceres sobre assuntos vários da ordem do dia.

Foi lançada a ideia de convocar uma Assembleia Geral de Sócios efectivos para os fins de Outubro.

Lisboa, 27 de Junho de 1996

*O Presidente da Direcção
do Instituto D. João de Castro*

(Pe. Joaquim António de Aguiar)